

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.639.745 - RS (2016/0307184-7)**

**RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**  
**RECORRENTE : FAZENDA NACIONAL**  
**RECORRIDO : ESPORTE CLUBE JUVENTUDE**  
**ADVOGADO : JOSÉ EDUARDO SCHUH - RS021578**

**EMENTA**

**PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. ALEGAÇÕES GENÉRICAS. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 333, I, E 739-A, §5º DO CPC/1973. DISPOSITIVO NÃO APRECIADOS PELA CORTE DE ORIGEM. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto pela Fazenda Nacional contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado (fls. 757-759):

TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E DE TERCEIROS. BASE DE CÁLCULO. AUXÍLIO- DOENÇA. AVISO PRÉVIO INDENIZADO. TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. AUXÍLIO MORADIA.

1. A legislação trabalhista, ao utilizar os termos salário e remuneração, diferencia as verbas pagas diretamente pelo empregador daquelas que não são desembolsadas por ele, embora sejam resultado do trabalho realizado pelo empregado, no âmbito da relação contratual. Essa distinção tem o intuito de dar relevo ao caráter salarial das verbas remuneratórias, dessemelhando-as de outras figuras de natureza indenizatória, previdenciária ou tributária, ainda que nominadas como 'salário'.

2. O fato gerador referido no art. 195, inciso I, da CF/88, na sua redação original, envolve todas as verbas alcançadas pelo empregador, a título de remuneração, ao empregado que lhe presta serviços. Importa, para elucidar a inteligência desse dispositivo, verificar se os pagamentos feitos ao empregado têm natureza salarial, não a denominação da parcela integrante da remuneração.

3. A alteração introduzida pela Emenda Constitucional nº 20/98 no art. 195, I, da Carta, não acarretou alargamento da base de cálculo antes prevista, em relação aos empregados, visando somente a expressar de forma clara e explícita o conteúdo do conceito de folha de salários.

4. O pagamento recebido pelo empregado, nos quinze dias consecutivos ao afastamento da atividade, embora suportado pelo empregador, representa verba decorrente da inatividade, não se conformando à noção de salário. Não estando o empregado capacitado para trabalhar, por causa de doença, a prestação respectiva tem natureza

previdenciária.

5. A exigência de contribuição previdenciária sobre as verbas pagas pelo empregador durante os quinze dias que antecedem a concessão do auxílio-doença não tem amparo no art. 22, inciso I, da Lei nº 8.212/91, por não consistir em remuneração pela prestação de serviços.

6. Embora parte da doutrina e da jurisprudência discorde, o pagamento substitutivo do tempo que o empregado trabalharia se cumprisse o aviso prévio em serviço não se enquadra como salário, porque a dispensa de cumprimento do aviso objetiva disponibilizar mais tempo ao empregado para a procura de novo emprego, possuindo nítida feição indenizatória. 7. Sobre o adicional constitucional de férias não incide contribuição previdenciária.

8. A CLT permite o pagamento do salário em utilidades, a exemplo das prestações enumeradas no caput do art. 458, arrolando, no § 2.º, várias utilidades que não têm natureza salarial. Embora o auxílio-moradia não se encontre entre as exceções do § 2.º, o rol não é exaustivo. O pagamento de aluguel em favor do empregado enquadra-se como utilidade não-salarial quando o imóvel é condição para o exercício da profissão, isto é, não é fornecido ao empregado pela prestação dos serviços, mas para que possa exercê-los. Inteligência da Orientação Jurisprudencial nº 131, SDI, do TST, assim posta:

'As vantagens previstas no art. 458 da CLT, quando demonstrada a sua indispensabilidade para o trabalho, não integram o salário do empregado', consagrada no art. 28, § 9.º, alínea m, da Lei nº 8.212/91.

9. Não comprovado que o auxílio-moradia pago aos jogadores contratados é indispensável à realização do trabalho. Evidenciado que o benefício tem natureza remuneratória, pois, ainda que com denominação diversa, compõe o salário dos atletas de forma habitual e por tempo indeterminado.

Os embargos de declaração foram rejeitados (fls. 793-797).

Nas razões do recurso especial, a recorrente aponta violação dos art. 333, I, 535, II, e 739-A, §5º do CPC/1973. Para tanto, sustenta que: a) a Corte local não se manifestou sobre pontos importantes para o deslinde da controvérsia e b) a recorrida veiculou de modo genérico a exclusão de determinadas rubricas da CDA, sem a quantificação do montante a expurgar do título.

Juízo positivo de admissibilidade às fls. 917.

É o relatório. Passo a decidir.

Primeiramente, quanto à alegada violação do art. 535 do CPC, o recorrente apresenta seu inconformismo de forma genérica, descurando até mesmo de indicar os dispositivos legais sobre os quais a Corte de origem teria deixado de se pronunciar, motivo pelo qual deve incidir, por analogia, a Súmula 284/STF, *in verbis*: "É inadmissível recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".

Ademais, cumpre observar que a mera oposição de embargos declaratórios não é suficiente para atender ao requisito do prequestionamento, haja vista ser indispensável o efetivo exame da questão pelo Tribunal de origem. Embora na interposição do recurso especial tenha a recorrente alegado ofensa ao art. 535, II, do CPC, isso, por si só, não supre a falha, pois a referida ofensa não foi sequer exposta de forma adequada, não permitindo seja trazida a julgamento a suposta violação.

# Superior Tribunal de Justiça

No que se refere à alegada violação dos arts. 333, I, e 739-A, §5º do CPC/1973, não houve manifestação do Tribunal *a quo* quanto aos referidos dispositivos, por entender que a recorrente estaria inovando no pedido.

Dessa forma, ausente o necessário prequestionamento, o recurso especial não merece prosperar ante o óbice da Súmula 211/STJ.

Nesse sentido:

TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. OFENSA AO ART. 535 DO CPC/73. INEXISTÊNCIA. INOVAÇÃO RECURSAL. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. ACÓRDÃO BASEADO EM LEI LOCAL (SÚMULA 280/STF) E COM FUNDAMENTAÇÃO CONSTITUCIONAL. ISENÇÃO. REQUISITOS. MATÉRIA FÁTICA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

[...]

2. No caso, a afronta aos arts. 267, VI, § 3º, 303, II e III, do CPC/73 somente foi suscitada pela parte recorrente por ocasião dos embargos de declaração perante o Tribunal Local, o que configura inovação recursal, ressaíndo nítida a falta do prequestionamento viabilizador da instância especial no tocante a esses dispositivos legais (Súmula 211/STJ).

[...]

5. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1172223/PE, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 14/08/2018, DJe 23/08/2018)

Ante o exposto, **não conheço do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro BENEDITO GONÇALVES

Relator